

DARI DA FONSECA

**VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL REINALDO FLECK**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Jaci Poli

CURITIBA

2008

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1- EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESPAÇO CULTURAL, PLURALIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	06
2- DIMENSÃO HISTÓRICA, LEGAL E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL – DA EDUCAÇÃO RURAL PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	13
3- A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DESAFIO POLÍTICO.....	16
4- A FORMAÇÃO DE EDUCADORES.....	25
5- VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL REINALDO FLECK....	32
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

## INTRODUÇÃO

A Escola Rural Municipal Reinaldo Fleck foi fundada em 1964, sendo uma escola particular que foi construída pela firma Brandalize e Companhia, recebendo o nome de Reinaldo Fleck por ser o nome do sócio de um dos diretores da firma, naquela época.

O objetivo da Escola era atender aos filhos dos empregados da firma madeireira. A primeira professora foi Maria Ana Pereira, em uma pequena sala de madeira com uma área; a professora era esposa de um funcionário da firma, seu salário era pago pela firma. Essa escola foi particular até meados de 1970. Em 1983 passou a ser administrada pela Prefeitura Municipal de Mangueirinha.

Ainda na década de 70, a Escola funcionou no pavilhão comunitário e na Igreja da comunidade, por ter um número grande de alunos e por ter sido desmanchada a escola de madeira para ser construída uma de alvenaria, que demorou muitos anos para ser construída.

Mangueirinha só construiu nos anos 90 uma escola com duas salas, cozinha e banheiros; mais ou menos nesta década, a madeireira sofreu falência, e a Escola continuou atendendo aos filhos dos funcionários. Quando Honório Serpa se tornou Município, em 1993, a Escola passou a pertencer ao Município; no ano de 1996, as terras da firma foram desapropriadas e foi formado um assentamento organizado pelo movimento social, Movimento dos Sem Terra (MST), com 70 famílias. Essas famílias todas, oriundas do próprio Município, sendo que mais de 50% dessas famílias eram funcionários da firma, hoje estão assentadas no Distrito de Pinho Fleck; cada família possui de 6 a 8 alqueires de terra cada uma.

No ano de 1998, o número de alunos cresceu e a escola passou a ter dois turnos seriados com 16 alunos em cada turno. Em 2003, o secretário da Educação do Município de Honório Serpa fez reunião nas seis comunidades mais próximas da Escola Rural Municipal Reinaldo Fleck, com a proposta de fechamento das escolas dessas comunidades, que eram todas multisseriadas, e a implantação de um núcleo com todas essas escolas centralizadas na Escola Rural Municipal Reinaldo Fleck.

Em primeiro de fevereiro de 2003, a Escola Rural Municipal Reinaldo Fleck passou a ser um núcleo com 200 alunos, sendo que vieram mais 168 alunos das comunidades mais próximas se somar ao alunado já existente, de pré-escola série do Ensino Fundamental com 9 turmas, todas seriadas, onde trabalham 16 pessoas, todas envolvidas com a educação da escola, sendo um diretor, uma orientadora, sete professores, quatro zeladoras, dois motoristas e um vigilante. Nesta escola

atualmente fui eleito pela comunidade para ser o diretor.

As políticas públicas agrárias freqüentemente estão associadas a conflitos no campo, sendo, portanto, formas de intervenção para minimizar tensões sociais específicas, buscando certo consenso. A luta pela terra presente desde o Brasil colonial assumiu características diferentes ao longo dos anos, sendo evidenciada através dos vários conflitos que demonstram a dinâmica das populações rurais. Atualmente, a questão agrária se tornou polêmica em toda a sociedade devido à grande visibilidade dos conflitos no campo e principalmente ao Movimento dos Sem Terra.

Com os assentamentos rurais surge certa preocupação de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, a qual está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela.

Esta monografia tem como tema a demanda comunitária pela implantação das séries finais do Ensino Fundamental discutindo a compreensão de pais, educadores e gestores sobre a concepção de Educação do Campo.

## **1 - EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESPAÇO CULTURAL, PLURALIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

A Educação no Campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas, e esta educação específica pela qual estamos lutando para conquistar já faz parte um longo processo, promessas políticas ainda não realizadas.

É necessário reconhecer que, de um lado, não é nada fácil desencadear ações quando o Estado é uma máquina historicamente emperrada e direcionada a outros interesses que não exatamente o dos povos marginalizados, e, nesse caso, não basta a eventual boa vontade do governante; é necessário reconhecer que o processo de construção democrática é por natureza demorado, isto é, demanda tempos de maturação que, se atropelados em nome da busca imediata de resultados, pode desandar em ações populistas por parte do gestor ou não incorporadas por essa população marginalizada. Na atual política partidária, também se percebe o descaso com a educação voltada especificamente para o campo, havendo assim muitas mudanças, principalmente por parte dos jovens, que deixam suas terras e vão à procura de outras ocupações, que muitas vezes não dizem respeito às suas próprias origens.

Quando se coloca o problema da Educação do Campo, grande parte de nossos governantes, secretarias de educação e intelectuais que se dizem pensantes da educação partem do princípio de que os grandes desafios estão na falta de estrutura, de professores preparados, de transporte escolar adequado, de material didático-pedagógico. O grande desafio, na verdade, é a mudança do modelo de educação presente no campo. A atual escola que temos não prepara as crianças nem para o mundo urbano e nem para o mundo do campo, nem o projeto político menciona uma educação voltada para o campo.

Infelizmente, as políticas sociais são movidas por meio do dinheiro, de mentiras, de mitos, de politicagens e de falsas promessas. Ao colocarmos, com certa urgência, a necessidade de um projeto político-pedagógico de Educação do Campo, afirmado por uma política pública que busque realmente expressar a realidade camponesa, não se percebe certo descaso ou desconsidera-se a sua importância por não conhecerem a importância da política educacional, voltada especificamente para a Educação do Campo. O nosso município, na verdade, se originou através dos movimentos sociais, como os acampamentos e assentamentos. Foi exatamente no interior destas comunidades que milhões de camponeses vivenciaram experiências de uma vida totalmente voltada para o campo, e com o surgimento de pequenas escolas, onde muita gente aprendeu a ler e escrever a partir

desta realidade, passando sérias necessidades e dificuldades, mas com certa esperança de aos poucos solidificar seus alicerces. Entendemos que é preciso desentulhar todas as experiências que foram registradas e engavetadas e transformá-las em referenciais para o projeto de Educação do Campo que estamos tentando construir. Necessitamos urgentemente resgatar os valores camponeses, que infelizmente a história está direcionando para rumos não condizentes com as políticas do campo.

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica. O que aconteceu para que nem sequer o movimento pedagógico progressista e o movimento docente tão politizado e as políticas sociais mais inclusivas tenham chegado a incluir o povo do campo como sujeito de direitos? (ARROYO, 2004, p.10)

Entendemos o processo educativo como um conjunto de ações pedagógicas, de organizações curriculares desde o Ensino Infantil ao Ensino Superior, envolvendo todos os responsáveis pela construção deste novo ser humano camponês. A luta pela terra requer de nós uma política pedagógica voltada exclusivamente para a Educação do Campo. Na verdade, não temos em nossos projetos políticos pedagógicos nada que diz respeito à educação voltada para o campo. Geralmente o trabalho desenvolvido nada tem a ver com a Educação do Campo. Somos induzidos a criar projetos direcionados a diversas áreas afins, mas nada que nos leva a mostrar a importância da educação voltada para o campo e a permanência desses educandos no campo; muitos são iludidos a buscarem melhores condições de vida nas cidades grandes, cuja realidade não é condizente com suas raízes, causando assim certa frustração na busca incessante pela realização de seus ideais. A educação rural, ignorada e marginalizada, aos poucos está mostrando o seu rosto desfalecido, por causa de um sistema injusto e opressor, que agora, sem a caricatura, começa a clamar pelos seus direitos, cuja luta, muitas vidas passam a desfalecer para poder conquistar o que é de direito. Afinal, onde estão a “Ordem e o Progresso” estampados na bandeira brasileira? Tudo não passa de uma utopia ou ideologia, onde o poder continua imperando e os fracos continuam cada vez mais fracos.

No vazio e na ausência dos governos os próprios movimentos sociais tentam ocupar esses espaços, mas cada vez mais cresce a consciência do direito e a luta pela Educação do Campo como política pública.

Se o Brasil não tem podido ficar surdo ao movimento social do campo pelo que incomoda, questiona e afirma – o direito à terra, ao trabalho, à dignidade, à cultura, à educação -, também os educadores e os pesquisadores e as políticas públicas, os currículos, a gestão escolar e a formação de professores não poderão mais ficar surdos ao conjunto de práticas inovadoras, sérias, que emergem coladas ao movimento social e cultural do campo. (KOLLING, 1999, p. 8)

A Educação do Campo deve ter um projeto específico, voltado para suas raízes, onde seriam ressaltados seus valores éticos e morais, considerando uma nova realidade, marcada cada vez mais pela pluriatividade e pela diversidade de opções de vida, de produção, de consumo, de diversão e de cultura voltada especificamente para a Educação do Campo.

Um dos problemas do campo hoje é a ausência de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham; no contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo, ao contrário, precisamos romper com o processo de discriminação.

A escola do campo quer reconhecer e ajudar a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo com projetos direcionados especificamente para as políticas do campo, orientando e conduzindo para uma educação que valoriza este grupo social.

Uma primeira condição para construir-se essa escola do campo é a clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento. A educação não resolve por si só os problemas do país, tampouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que mexam diretamente no modelo econômico. A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrícola do país. É preciso ter claro isso para não cair na antiga falácia de que a educação, por si só, pode impedir o êxodo rural... (KOLLING, 1999, p. 63)

Dialogando com os educadores, é possível perceber que “eles” entendem a educação como uma relação social, como experiência de convivência, que não se esgota na escolarização, e a Educação do Campo é compreendida como toda ação educativa, mas voltada, exclusivamente, com objetivos direcionados aos povos do campo, por meio de diferentes modalidades específicas à Educação do Campo.

Olhar a escola como um lugar de formação humana, no que diz respeito à Educação do

Campo, infelizmente estamos sendo incoerentes, pois não estamos formando pessoas com certa conscientização da importância de sua permanência no meio rural, evitando a emigração, que geralmente é ocorrida através de certas ilusões, sendo que muitos acabam perdendo o pouco que conquistaram com muito sacrifício através da luta pela conquista da terra tão desejada, sem contar aqueles que tiveram que derramar seu próprio sangue, defendendo suas causas e seus objetivos, por falta de uma reforma agrária que poderia estar favorecendo a todos. Infelizmente, a corrupção, a política, as leis e os poderosos ainda continuam manipulando o poder, fazendo com que certos grupos se organizem e lutem se necessário for fisicamente para conquistar o que lhes é de direito.

O conhecimento da realidade é fundamental na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, que tenha o ser humano como foco, que privilegie a realização da reforma agrária com a implantação e o fortalecimento da agricultura familiar, com políticas sociais, entre elas a Educação do Campo, que por lei é um direito do cidadão que vive no meio rural.

A Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Um projeto de educação que contribua para a realidade do campo é fundamental para a modernização da agricultura brasileira segundo novos parâmetros, mas que infelizmente não vem acontecendo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas será necessariamente uma escola vinculada à cultura que se produz por meio de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra.

Precisamos de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual.

Atualmente, existe um quase vazio em relação às propostas pedagógicas que tomem o campo como referência; no próprio âmbito das teorias educacionais críticas, o parâmetro é o das escolas urbanas, não temos um currículo educacional voltado especificamente para a Educação do Campo, temos apenas a cópia de modelos importados de escolas que não contribuem para a compreensão de nossa realidade; o que se quer é o direito a cultivar nossa própria identidade para ter condições reais de intercâmbio e de participação.

A Educação do Campo ainda não tem definido pelos nossos representantes governamentais o seu perfil, ainda nos mantêm camuflados e isolados à margem do descaso, o grito do

desfavorecido ainda não ecoou o suficiente para despertarem os responsáveis por esta irresponsabilidade e descaso com a Educação do Campo.

Muitos jovens estão deixando suas famílias, suas comunidades, suas “terras”, suas raízes, pois o dito sistema corrompido pelo egoísmo e pela indiferença, ainda não percebeu, ou continua ignorando, esta realidade que se prolonga, por falta de uma política educacional do campo.

Os “nossos” representantes vereadores, que infelizmente são eleitos por “nós”, muitos filhos desta mesma situação, mas manipulados e alienados pelo poder que os envolve, nada fazem para reverter esta situação, enquanto que o grito dos seus “irmãos”, sufocados pelo atual sistema ainda ressoa de forma abafada, cansada, mas com certa esperança de que um dia o processo possa se reverter.

O conhecimento da própria realidade do assentamento nos leva a buscar alternativas, que possam contribuir com a formação e crescimento da comunidade local, a escola do campo é indispensável para o aprimoramento da formação como um grupo que luta pela conquista da reforma agrária.

Uma primeira condição para construir-se essa escola do campo é a clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento voltado especificamente para a educação do campo. A educação não resolve por si só o problema do país, tampouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que mexam diretamente no modelo econômico. A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país, é preciso rever certos direitos no que diz respeito à Educação do Campo.

É preciso incorporar as lições da educação popular na vida da escola, no jeito de ensinar e de aprender. Pensar em como trazer para dentro da escola as alternativas pedagógicas que vêm sendo produzidas também fora dela. É necessário pensar como transformar, não só o ensino da história, mas a abordagem de todos os conteúdos, de modo a trabalharmos a sua dimensão histórica e, sobretudo, como fazer da escola um lugar onde crianças, jovens, adultos e pessoas idosas possam se encontrar com sua história, com a história de sua comunidade, da região, do país e da humanidade.

Nem os nossos livros aprovados e indicados pelo MEC relatam sobre a Educação do Campo, e a maioria dos educadores não conhece e nem tem formação específica para trabalhar com a proposta voltada para ela.

O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente, para tirar das sombras

do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal que, muitas vezes, acaba trabalhando de forma excludente.

A educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. (MESZÁROS, p.12 2005)

Não podemos desacreditar, é preciso buscar caminhos para reverter esse sistema, no qual estamos inseridos, traçando objetivos e metas a serem alcançados, sempre lutar, caminhar em busca de uma realização almejada; já que nos colocaram na condição de oprimidos, precisamos nos revigorar e fortalecer, para juntos lutarmos contra o “monstro” que criamos por não sabermos escolher os nossos líderes, que deveriam ser pessoas que tenham caráter, dignidade e personalidade, que não sejam pessoas manipuladas, alienadas, vendidas, mas que saibam lutar pela igualdade social. Temos que ser humildes o suficiente e reconhecermos que também temos nossa parcela de culpa por esta realidade que nos envolve, pois muitos dos nossos companheiros de luta e caminhada e batalha foram capazes de vender os seus próprios votos, revertidos em uma receita médica, ou uma dentadura, ou uns óculos, ou uma passagem ou uma cesta básica; quantos dos nossos irmãos de luta venderam seus votos e junto a sua dignidade e depois continuaram o eterno lamento, tudo por falta de uma conscientização, por não saber escolher alguém pelo caráter e sim pelo o que aparenta ser; e para mudar essa situação, o caminho a ser percorrido ainda é longo.

Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos. (KOLLING, CERIOLI E CALDART, 2002, p. 16)

A Educação do Campo tem se desenvolvido em muitos lugares através de programas, de práticas comunitárias e de experiências cotidianas, não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas, porque elas têm sido uma das marcas de nossa resistência, mas é preciso ter clareza de

que isto não é o suficiente, pois a luta é no campo das políticas públicas, é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação.

É preciso darmos um passo adiante no sentido de deixarmos de falar por eles e passarmos a dialogar com eles, incluindo-os nos processos de elaboração e formulação das propostas e políticas públicas de educação, ou de qualquer proposição de ações educativas e na construção de seus currículos. Construir uma Educação do Campo significa formar educadores a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas e como fazer isso, que é o nosso desafio.

## **2 - DIMENSÃO HISTÓRICA, LEGAL E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL – DA EDUCAÇÃO RURAL PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra.

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos campos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (KOLLING, 1999, p. 26)

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de-se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante a utilização da mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. Pessoas simples e modestas, que têm certo estilo de vida própria, que adoram saborear um chimarão, um suculento churrasco, um baralho e uma boa prosa, onde certos vínculos vão se originando, principalmente o ser compadre, batizando seus filhos em casa, nas águas de São João Maria e por último na igreja, enfim, vão criando culturas próprias e crenças, onde muitas vezes sua fé é fundamentada.

Entende-se por Escola do Campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (KOLLING, 1999, p. 63)

O entendimento do campo como um modo de vida social contribui para a auto-afirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho, do seu jeito de ser, dos seus conhecimentos, da sua relação com a natureza e como ser da natureza, e assim vão criando sua própria história, que nem sempre é compreendida e respeitada.

A Educação do Campo não pode estar desvinculada de um projeto de desenvolvimento do campo que se pretende construir, ao considerar esses povos, que ao longo da história foram explorados e expulsos do campo; devido a um modelo de agricultura capitalista, é preciso buscar alternativas para tentar reverter esta situação de descaso com o homem do campo.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. A cultura, os saberes da experiência, a dinâmica do cotidiano dos povos do campo raramente são tomados como referência para o trabalho pedagógico, bem como para a organização do sistema de ensino, a formação de professores e a produção de materiais didáticos.

A formação do professor e sua disposição para a problematização dos aspectos da vida cotidiana são essenciais à educação que se quer dos povos do campo.

Não podemos esquecer que o professorado atual é fruto de modelos de socialização profissional que lhes exige unicamente prestar atenção à formulação de objetivos e metodologias, não considerando objeto de sua incumbência a seleção explícita dos conteúdos culturais. Essa tradição contribuiu de forma decisiva para deixar em mãos de outras pessoas (em geral, as editoras de livros didáticos) os conteúdos que devem integrar o currículo (...) Em muitas ocasiões os conteúdos são contemplados pelo alunado como fórmulas vazias, sem sequer a compreensão de seu sentido. Ao mesmo tempo se criou uma tradição na qual os conteúdos apresentados nos livros didáticos aparecem como os únicos possíveis, os únicos pensáveis. Como consequência, quando um/a professor/a se pergunta que outros conteúdos podiam ser incorporados ao trabalho em sala de aula, encontra dificuldade para pensar em conteúdos diferentes dos tradicionais. (SANTOMÉ, 1995, p. 161)

A não inserção desses conteúdos nas práticas pedagógicas provocou, ao longo da história, a negação da cultura dos povos do campo nas escolas, pois o descaso em relação às políticas educacionais resultou no abandono do campo. Quando é apresentada, na maioria das vezes, aparece de forma estereotipada e preconceituosa, sendo ignorada. Muitos acabam estereotipando, denegrindo, ridicularizando, discriminando as próprias pessoas que vivem no meio rural, por não compreenderem suas histórias, suas vidas, sua realidade; exemplos disso são as festas juninas, em

que se fazem uso de roupa rasgada e remendada, dentes estragados, maquiagem exagerada, etc., como características dos camponeses, em detrimento da valorização das músicas, das danças e das comidas típicas e da própria origem da festa. Na própria escola existe uma controvérsia na representação dos valores culturais, muitas vezes, induzindo a criança a representar uma realidade que não é contextualizada, sendo motivo de chacota, palhaçada, causando riso sarcástico e desprezível, e, o pior, que é aplaudida, acreditando que se está fazendo. São pessoas que na sua simplicidade e humildade acabam sendo ridicularizados ao expor o seu estilo e modo de vida.

Assim, na superação de conteúdos estereotipados sobre o modo de vida camponês, a Educação do Campo pode trazer as características de sociabilidade e de trabalho comunitário presentes nas experiências camponesas, a troca de consumo básico, as atividades do tipo mutirão, a solidariedade no momento da colheita de determinado produto agrícola, principalmente do feijão.

Portanto, valorizar a cultura dos povos do campo significa criar vínculos com a comunidade, gerando um sentimento de pertença ao lugar e ao grupo social; isso possibilita a criação de uma identidade sociocultural que leva o aluno a compreender o mundo e transformá-lo.

### 3 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DESAFIO POLÍTICO

A história tem mostrado que não basta discutir desenvolvimento e educação colocando apenas o concreto como horizonte. É preciso que a formação do ser humano esteja no centro do desenvolvimento e da educação, o que, por sua vez, exige esforço da classe trabalhadora no sentido de se mobilizar e se organizar, tornando-se sujeito, ou seja, alguém que faz do seu sujeito políticas públicas.

Urge problematizarmos o contexto em que nos inserimos, buscando alternativas que promovam o desenvolvimento do campo, tendo em vista as condições históricas de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e a reflexão sobre as práticas de desenvolvimento deste campo. Isso é possível a partir da ação-reflexão-ação sobre o que fazer e o que construir, mantendo a utopia que nos move num compromisso concreto de afirmação da vida.

Acreditamos que um ponto de partida para a construção de políticas públicas que dêem conta de uma mudança significativa na vida das pessoas, seja o processo constituinte escolar como um repensar a escola do campo, processo este inspirado em um governo democrático e popular. A escola do campo pode vir a ser um lugar concreto de vivências participativas e democráticas, de formação dos sujeitos e de exercício da conquista de direitos.

A educação constitui-se de um processo de socialização do conhecimento já produzido pela humanidade. Compreender que o campo do qual falamos é diferente daquele historicamente concebido pela educação rural, um espaço inferior e atrasado que precisa ser superado, isto é, o campo apenas como um lugar de produzir para que outros se beneficiem de seu produzido.

Entendemos o campo como espaço de vida e de resistência onde as pessoas lutam por acesso e permanência à terra, à escola, aos bens que a humanidade já produziu, sejam eles, cultura, valores, conhecimento, bem viver, lazer, saúde, tecnologias de produção socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Neste contexto de campo, um espaço de vida e de resistência, o direito à educação sempre foi negado, sendo garantido apenas pela educação rural, porque lá viviam pessoas.

Falar de direito implica pensar Políticas Públicas, entendidas aqui como arte de governar com participação de todas as pessoas que nelas viverão, pois somente assim é possível contemplar as diversas necessidades. Se quisermos garantir o direito à educação das comunidades de nosso município, teremos que ouvir cada uma delas, compreendendo sua realidade, dialogando com ela e, partir daí, produzir políticas públicas que contemplem o direito ao desenvolvimento e à educação

dos povos do campo, superando o limite das políticas compensatórias.

A arte de governar com participação de todas as pessoas requer governantes e cidadãos capazes de, tornando-se humanos ao longo de suas vidas, dividir poder uns com os outros. Todo cidadão além de viver em uma democracia participa pessoalmente de sua construção e de sua transformação, reconhece-se o seu criador.

Os movimentos sociais do campo há muito tempo vêm afirmando que o dever de oferecer escola para o povo é dos governantes, porque é deles a responsabilidade constitucional de providenciar para que o direito da população à educação seja garantido, porque são os governos que administram o dinheiro do povo.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988 (Art. 205):

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme relata este artigo, até o momento, este direito não está sendo cumprido para as populações do campo. O art. 206 determina que o ensino deve ser orientado por vários princípios: o primeiro deles é o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, ou seja, que todos tenham as mesmas garantias de poder entrar na escola e continuar na escola, estudando.

Depois que a Constituição Brasileira garantiu a todos estes direito, o Congresso Nacional aprovou uma lei que vai dizer de que maneira este direito deverá ser aplicado. Esta Lei é a 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Segundo a LDB (Art. 5º):

O acesso ao ensino público fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público acionar o Poder Público para exigi-lo.

Isso quer dizer que é um direito de todos independente de onde vivam, onde trabalham. Cada pessoa quando nasce já nasce com este direito e ninguém precisaria pedir aos governos que providenciasse escola para o povo. É claro que não está sendo assim, mas a lei diz que deve ser

assim.

A Educação do Campo que queremos é a aplicação de métodos para assegurar a formação integral de um ser humano; é preciso pensar como se educam os seres humanos do campo, que são bastante diferentes entre si, e foi isso então que motivou muita gente a pensar a Educação do Campo.

Na verdade, a Educação do Campo é um conceito novo, ou seja, é um dizer novo a respeito da educação que nós queremos e estamos lutando para ter. É um dizer que nasceu dos movimentos e das organizações sociais do campo, surgiu do meio das lutas de quem não se conforma com as coisas como estão. É um dizer que surgiu do meio dos sem terra, dos pequenos agricultores, dos atingidos por barragens, das mulheres camponesas, da juventude do campo, do meio das pastorais. E surgiu com a ajuda de muitos estudiosos da educação brasileira que estão nas universidades, em alguns órgãos públicos, educadores e educadoras que estão junto com o nosso povo do campo também lutando no campo da educação.

Infelizmente, até os dias de hoje, a escola pouco ensinou sobre os nossos direitos, menos ainda nos ensinou sobre a verdadeira história do nosso país, sobre o porquê da pobreza, sobre o porquê das desigualdades e das injustiças, afinal nem sobre o nosso trabalho, sobre nossa história, sobre os nossos direitos e deveres em relação a nossa formação direcionada ao campo.

A Educação do Campo que defendemos é a idéia da educação pensada pelos trabalhadores do campo para os trabalhadores do campo nas suas mais diversas atividades agrícolas, pesqueiras, extrativistas... Temos afirmado com muita clareza a respeito do dever do Estado naquilo que é a sua responsabilidade, mas não apenas reivindicamos dos Governos, exigimos o nosso direito de participar da elaboração das políticas, as comunidades camponesas devem se envolver nas questões que se referem à educação nos seus Municípios, no Estado e no País. Ainda somos uma classe excluída nos projetos políticos e educacionais, as ideologias repassadas nas instituições escolares praticamente “nada” relacionam-se com nossas condições de pequenos agricultores, existe certa indiferença do poder público no que diz respeito à Educação do Campo, dificultando esse direito de conquista.

Afinal, componentes específicos são necessários para uma Educação do Campo de qualidade, que atenda a toda população do campo que quer, precisa e tem direito à educação pública. Na realidade, a vida camponesa segue outra dinâmica, aprende-se interagindo com a natureza, no trabalho com a família, pais, avós; nas conversas, nas festas das comunidades; nas igrejas, onde se encontram para celebrar, cantar; e também nas mobilizações, nas marchas.

Identidade camponesa significa viver o que vive o povo do campo, sentir o que o povo sente, conviver com o povo do campo e suas causas. Mesmo que não seja um trabalhador do campo, o educador que vive, sente e convive, faz-se companheiro nas suas lutas, também. Identifica-se com os seus viveres, seus saberes e seus prazeres. E transforma estas vivências em parte do processo pedagógico, articulando com a ciência, a história, a literatura, a matemática, a arte, a geografia. (Via Campesina – Brasil / 2006 p. 33)

Simplesmente o que desejamos são políticas públicas de Educação do Campo que garantam desde a Educação Infantil até o acesso e permanência à Universidade. E que a escola seja do campo e no campo, que os processos pedagógicos, as práticas dos professores e trabalhadores da educação em relação à população atendam as características camponesas e urbanas. Por isso a importância de ter educadores, profissionais do próprio campo. Entendemos que os educadores são mais que professores, e a escola é mais que escolarização. Uma construção pedagógica onde os educadores tenham o tempo e as condições necessárias para se construírem educadores com identidade camponesa.

Temos clareza que somos nós que alimentamos nossas famílias, nossas comunidades e a nação. Não negamos o valor de quem trabalha na cidade, mas estamos afirmando que não somos atrasados, e nem “João Ninguém” ou simplesmente mercedores de “meia” educação, formação que na maioria das vezes não condiz com nossa realidade camponesa.

A verdade é que existe um conjunto de relações sociais que formam o campo e isso deve entrar pelas portas das escolas, ir até a cozinha escolar, biblioteca, sala-de-aula, diário dos professores, livros didáticos até as discussões/práticas pedagógicas dos professores.

Em relação às pedagogias presentes nas escolas, o próprio Plano Nacional de Educação afirma que entre os diferentes níveis de ensino esse foi o que enfrentou, nos últimos anos, a maior crise em termos de ausência de definição dos rumos que deveriam ser seguidos em seus objetivos e em sua organização. No meio rural, exceto algumas iniciativas isoladas, a situação é ainda pior, devendo ser objeto de especial preocupação as escolas agrícolas e técnicas, muitas delas em crise profunda: de propostas, de recursos, de profissionais.

Desta forma, muitos jovens acabam por enfrentar o dilema de desistir da escolarização ou viajar horas e horas para estudar em ambiente estranho ao seu e, na maioria das vezes, assimilarmos conceitos e procedimentos deslocados da sua realidade social e que os afastam ainda mais do contexto do campo. Assim, temos o grande desafio de pensar uma escola que contribua com a

organização do campo, formando jovens com perspectivas de permanecer nele, com a possibilidade de prosseguir seus estudos e construir um projeto de vida no campo.

Considerando que a mudança social não é fruto somente da escola, a escola do campo comprometida com a transformação não pode reduzir o debate às questões próprias da escola, precisa envolver-se nas discussões do projeto de campo, da realidade camponesa que vem passando por esse movimento de transformação. Para isso, é preciso que esteja assegurada a construção coletiva, o fortalecimento da organização popular, a produção do conhecimento crítico, da práxis, a que se torna capaz de enraizar sem necessariamente “fixar” as pessoas no contexto do campo, porém dando condições de escolha, fortalecendo a capacidade de fazer a leitura crítica da realidade, resgatando a identidade coletiva, formando consciência política, resistência, proposição, articulando o diálogo com todos os que estiverem dispostos a lutar pela reconstrução do campo.

Neste vínculo entre autonomia e proposta pedagógica, precisamos pensar a escola do campo, não como um ideário pedagógico pronto e fechado, ao contrário, pensar no conjunto das transformações e organização curricular, para este momento histórico que estamos vivendo. Ao dizermos princípios, dizemos também processos e valores, entendendo que estes conceitos se combinam, mais do que se excluem.

Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, nº. 9.394 introduziu no universo educacional brasileiro diversas possibilidades no que se refere à flexibilidade e à ampliação da autonomia curricular. O Parecer nº. 323/99 procura chamar atenção sobre elementos essenciais, como a administração do tempo e as alternativas para uma estruturação mais flexível e voltada para as especificidades culturais.

Outro aspecto a que poderá servir de referência, diante do contexto gestado para o curso, é o Art. 205, parágrafo 2. da LDB, que aponta a educação como: “um processo permanente e incansável de negociação entre todos os atores sociais envolvidos, aí incluindo entidades representativas de professores, pais e alunos, e, especialmente, entre as próprias escolas e órgãos centrais da administração da educação”.

Segundo a própria LDB, são inegociáveis os requisitos mínimos quanto a padrões de qualidade de ensino e as diretrizes básicas comuns definidoras do que deve ser garantido a todos. É possível através de um processo de entendimentos, devidamente fundamentado, buscar alternativas que venham ao encontro da efetiva necessidade da escola, seus educandos com o conjunto de modos de ser, pensar, sentir e agir de uma dada comunidade.

A luta pela conquista de uma escola que tenha sua própria identidade representa um

momento ímpar de pensar e propor com responsabilidade a garantia dos princípios da identidade, diversidade e autonomia. Estes componentes encontram-se detalhados nos componentes metodológicos da Historicidade e Contextualização, do Desenvolvimento do Campo, do Trabalho, Agricultura entre outros.

A Educação do Campo, através das Diretrizes Operacionais (Parecer nº. 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional da Educação), garante o direito aos educandos de estudarem no lugar onde vivem e de que a educação seja pensada a partir deste lugar, vinculada à realidade concreta e às necessidades destes sujeitos. Trata-se de uma educação *do* e não *para* os sujeitos do campo, construída com os próprios sujeitos, trabalhando para que estes se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos históricos na direção do seu destino. Nesta perspectiva, uma das importantes tarefas do curso é fazer uma leitura histórica da realidade mais ampla, ajudando na construção e implementação de um projeto de desenvolvimento necessário para o campo.

Problematizar a realidade por meio da escola poderá servir para resgatar a memória, os saberes, fazeres, tudo aquilo que tem significado junto ao contexto local, na perspectiva de ressignificar e fortalecer a cultura e a identidade destes povos. Poderá ainda, ser um instrumento capaz de desencadear o princípio da pesquisa, da investigação, da leitura empírica do contexto, construindo, assim, conhecimentos e contribuindo na construção de propostas alternativa a proposta de Educação do Campo.

Diante destes fundamentos, esta nova proposta pretende desenvolver formas de:

- Romper com a discriminação entre o valor do trabalho manual e intelectual, educando os sujeitos para as duas dimensões;
- Desenvolver o profundo gosto pelo trabalho e pela vida no campo superando a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano;
- Criar a cultura da pesquisa, da observação do cuidado com o ambiente, com a terra, sendo que dela nascemos e, é do trabalho sobre ela é que vivemos;
- Fortalecer a relação entre a escola e as comunidades;
- Conceber o trabalho como espaço/tempo de capacitação pedagógica vivenciando novas aprendizagens;
- Compreender o trabalho como produtor de riquezas tanto materiais como culturais, e nele

tudo um contexto de relações, acerca de uma identidade de classe;

- Articular a dimensão do trabalho à estética, à sensibilidade, à criatividade incentivando a observação, a curiosidade e o compromisso com o contexto do campo.

O trabalho tem valor fundamental, pois é ele quem gera a riqueza, nos identifica como classe, e é através dele que vamos gerar novas relações e novas consciências, tanto individuais como coletivas, porque a escola é um lugar privilegiado para este estudo, podendo selecionar conteúdos, promover o acompanhamento às práticas dos estudantes.

Por fim, a Educação do Campo, que está vinculada aos movimentos sociais do campo, tem como princípio que a escola deve estar vinculada ao trabalho. Não o trabalho individual no campo, que reproduz as relações capitalistas de produção, e relações sociais que ajudam a manter a sociedade capitalista, o trabalho ao qual a Educação do Campo tem como princípio educativo é o trabalho cooperado que consiste na organização coletiva dos próprios camponeses.

A Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) diz que ao ensino público fundamental é um direito subjetivo que pode ser exigido por qualquer pessoa ou grupo de pessoas e também pelo Poder Público. Ainda, a Lei diz que a diferença entre escolas do campo e escolas urbanas deve ser nos conteúdos, métodos e na forma de organização escolar que deve adequar-se ao trabalho e às condições do trabalho no campo. Este é um dos princípios da democratização do conhecimento a favor dos povos do campo. Visa ser um exercício de socialização e construção de saberes, valorizando os saberes locais, culturais, relacionando-os com o saber científico. O processo pedagógico deverá contribuir para que a realidade seja desvelada, facilitando a percepção das contradições do processo histórico e a formulação de processos alternativos. Isto se dará se a realidade for compreendida como movimento e como totalidade.

Na evolução do sistema de ensino brasileiro, tem sido determinante o fator da localização da população no que se refere à oferta de oportunidades de escolarização, podendo ser considerada muito alta a correlação positiva entre urbanização e oferta de ensino. Em contrapartida, em que pesem todas as transformações ocorridas na ampliação das oportunidades de ensino, sobretudo após os novos marcos legais instituídos pelas Constituição e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, não houve alteração significativa na histórica defasagem do atendimento aos povos do campo em todos os níveis e modalidades com exceção em certa medida ao primeiro segmento do nível fundamental.

O Brasil precisa se dar ao trabalho de reconhecer seu profundo descaso em relação ao saber popular camponês. Não se pensou, infelizmente, uma política de educação, nem linhas pedagógicas

que respeitem estes saberes e aproximem de outros saberes. Entendemos o processo educativo como um conjunto de ações pedagógicas, de organizações curriculares desde o ensino infantil ao ensino superior, envolvendo todos os responsáveis pela construção deste novo ser humano camponês. A luta pela terra requer de nós uma política pedagógica que ajude ao campesinato a garantir tudo o que foi acumulado em seus imaginários, nas frestas lendárias onde os saberes se afirmam como identidade e como legado histórico.

Temos denunciado a grave situação vivida pelo povo brasileiro que vive no e do campo, e as conseqüências sociais e humanas de um modelo de desenvolvimento baseado na exclusão e na miséria da maioria. Defendemos uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular de agricultura que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e que se integre na construção social de um outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país. Defendemos uma educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural.

A Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

A Educação do Campo somente se tornará uma realidade efetiva, enquanto ideário, enquanto projeto educativo e enquanto política pública de educação, se permanecer vinculada aos Movimentos Sociais. Precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção, e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cotejando todo este acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses.

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração, ou seja, pensando em termos de formação das gerações. E isto tem a ver especialmente com a educação de valores. A Educação do Campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem

como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas.

#### 4 - A FORMAÇÃO DE EDUCADORES

A facilidade ou dificuldade de acesso a melhores oportunidades entre as crianças brasileiras começa no berço, e para as mais pobres a situação pode ser agravada pela sua frequência a instituições educacionais precárias, com profissionais despreparados e poucos recursos.

Capacitar educadores caracteriza-se por ser um programa que privilegia a ampliação do universo cultural, bem como os processos de construção de conhecimento. Quando as produções culturais entram na instituição educativa, tudo passa a fazer sentido, pois há uma perspectiva histórica e cultural. Os profissionais que sabem da importância de unir educação e cultura buscam conhecer cada vez mais, estabelecendo conexões e interagindo melhor.

O diálogo com profissionais especialistas e conhecedores de seu ofício traz a dimensão do prazer que é conhecer, uma vez que essas pessoas em geral são apaixonadas pelo que fazem. Proporcionar uma educação integrada é um convite que encanta os educadores.

Busca-se a formação de um profissional reflexivo, elegendo a concepção que preconiza como elementos importantes do processo a reflexão sobre a prática, o conhecimento da teoria e a reformulação consciente da atuação em serviço. O educador não é mero executor de planejamentos e atividades elaborados por outras pessoas. A complexa tarefa de educar pede um profissional que tenha uma visão integrada da realidade e das condições de pensar sua prática com propriedade, que se aventure a criar soluções com base em conhecimentos construídos na área e seja motivado a desenvolver novas práticas profissionais e a abrir-se para experiências culturais diversificadas. A meta do processo de formação é um profissional autônomo; em vez de oferecer a informação de bandeja, as ações devem objetivar a busca do conhecimento, apoiar o planejamento e a reflexão, e não apenas a transmissão de informações técnicas sobre a área. Almeja-se o exercício da autonomia profissional, que é condição para uma instituição educativa funcionar como lugar de reflexão, de circulação e apropriação de conhecimentos, de inserção singular em uma realidade complexa.

Os educadores têm decisões para tomar, ações para realizar, desafios que os mobilizem a colocar em jogo tudo o que sabem. Assim, o formador busca criar situações nas quais os educadores possam articular diferentes respostas, construídas na própria dinâmica de sua prática educativa. Tais situações são contextualizadas nas tarefas que tenham a ver com as questões que os educadores encontram no cotidiano de trabalho. Apoiados pelas orientações que lhes são fornecidas, eles põem em ação competências e capacidades que já possuem para adquirir outras novas. A transposição de um obstáculo representa um patamar no desenvolvimento profissional.

Para estabelecer uma relação propícia à aprendizagem e ao pensar reflexivo, o formador precisa estar atento para não falar ou pensar no lugar dos educadores, controlando sua compulsividade de oferecer soluções. É necessário cultivar a capacidade de suportar estados de dúvida e impaciência, ouvir o que os educadores têm para dizer, encorajando-os a assumir o que realmente pensam, ajudando-os a formular suas questões, levando-os a construir respostas para as suas dúvidas, manifestando respeito e interesse por suas idéias e, mais do que isso, querendo conhecê-las. Isso significa ir contra uma cultura profissional, em que o formador diz o que deve ou não ser feito o tempo todo.

Sabe-se hoje que apenas conhecer bem a teoria não conduz a uma mudança na prática; por outro lado, a prática sem um embasamento teórico não possibilita a autonomia profissional, muito menos favorece a criação de soluções singulares dos problemas que emergem. A teoria está presente na formação por meio do trabalho com conteúdos específicos que estão nos textos e livros e servem para embasar a resolução de questões na área pedagógica.

A relação entre teoria e prática deve ficar visível para o educador quando recorre ou utiliza textos e autores que contribuíram com suas pesquisas e idéias. Não se apresenta uma teoria, um texto ou um autor de forma dogmática, em que a reverência a esta pessoa suplante uma compreensão crítica. As teorias são apresentadas como possibilidades passíveis de diferentes interpretações. O formador oferece aos educadores condições para que questionem os textos que lêem, reflitam e relacionem informações, construindo uma compreensão do pensamento do autor, de suas razões e conclusões. Essa atitude de leitor que reflete e dialoga com o material que estuda pode ser buscada por meio de roteiros de estudo, questões específicas relacionadas aos pontos que o formador avalia como importantes para a prática e outras estratégias. (CARVALHO; KLISYS; AUGUSTO; p.74 2006)

São criadas situações de aprendizagem que requerem tomadas de decisões e argumentação sobre o seu fazer, investe-se nas possibilidades de generalização das aprendizagens realizadas. Portanto, espera-se que os educadores sejam capazes de aprender e resolver problemas e permanentemente façam isso em diferentes situações, responsabilizando-se também por sua formação.

A transformação e o aprimoramento da prática cotidiana são os objetivos da formação de educadores em serviço. Numa instituição educativa, essa mudança é difícil de ser concretizada por uma única pessoa. É imprescindível a formação de uma equipe cooperativa de trabalho, que se apóie mutuamente para trabalhar as necessidades identificadas, que reflita em conjunto, socialize idéias e as conquistas alcançadas. Assim, as possibilidades de transformação da prática cotidiana são responsabilidades de toda uma equipe.

O que se espera é que as competências profissionais sejam construídas coletivamente, ainda que se preservem as singularidades. Para isso é importante investir no aprendizado do trabalho coletivo: aprender a estudar, a pesquisar, a produzir com seus pares, desenvolvendo uma atitude cada vez mais colaboradora.

Nós, educadores, deveremos ser capazes de eleger os conceitos considerados relevantes, fundamentais para a vida, crer em novas concepções de vida e de metodologia, ter coragem de construir nossa autonomia profissional, ser criativos, observadores, críticos e, sobretudo, gostar do que fazemos. Precisamos, urgentemente, aprendermos a gostar de sermos educadores com os pés fincados na realidade, quase sempre dura e difícil, mas nossa realidade.

Assim, uma das funções do professor, hoje, é criar, organizar situações-problema, isto é, problematizar situações de aprendizagem para que o aluno possa aprender, exercendo sobre elas um olhar crítico e avaliativo, levantando hipóteses e buscando alternativas de solução.

A Educação é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento de um país, pois é através da educação que um país atinge melhores desempenhos, tanto em áreas como: saúde, tecnologia e etc., e também em relações a melhorias no nível de renda, empregos e qualidade de vida para a população.

Para nós, educador é aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social...; seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos. Nesta perspectiva, todos são de alguma forma educadora, mas isto não tira a especificidade desta tarefa: nem todos têm como trabalho principal o de educar as pessoas e o de conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, em suas diferentes gerações.

A concretização da ação docente realiza-se no cotidiano, na sala de aula, ou seja, na prática. A prática educacional está inserida na tessitura social e é configurada na interação entre os sujeitos e grupos.

*A característica essencial do trabalho do professor é promover a educabilidade, ou seja, favorecer para que os sujeitos, eles próprios, tornem-se construtores e transformadores de sua individualidade, e da sociedade. Torna-se importante refletir, não somente sobre o preparo profissional do professor, em seus aspectos políticos ou técnicos, mas também não devemos nos recusar a reconhecer os aspectos humanos nesse processo formativo do professor para transitar no cotidiano escolar. (SEVERINO, p. 141, 2001)*

A sala de aula é um ambiente de diversidade, pois abriga um universo heterogêneo, plural e em movimento constante. Cada aluno é singular, tem uma identidade, originada de seu grupo social,

estabelecida por valores, crenças, hábitos, saberes, padrões de condutas, trajetórias peculiares e possibilidades cognitivas diversas em relação à aprendizagem, podendo expressar maior interesse e entusiasmo por determinada área do conhecimento ou, ainda, demonstrar apatia ou indiferença ao dialogar com a complexidade humana na pessoa do professor, provocando inquietações permanentes na ação docente.

Diante dessa pluralidade e heterogeneidade, numa sociedade como a nossa, em que a escolarização adquiriu grande importância, é exigido ao professor promover o desenvolvimento e a aprendizagem de seu aluno, na dimensão cognitiva, social, cultural, emocional, motora, tendo em vista uma formação global.

Cabe aos educadores buscar superar a prática pedagógica assentada em informações, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade na educação básica. Como afirma Morin (2001, p. 47), “a educação trata-se de transformar as informações em conhecimento e de transformar o conhecimento em sapiência”.

A educação para todos exige a garantia de educação e acesso à escola a todas as crianças e jovens, tornando-a um espaço democrático e melhorando os níveis de escolarização da população como um todo.

A educação para o futuro está alicerçada no entendimento do conhecimento pertinente, contextualizado, multidimensional, interdependente, interativo e globalizado; portanto, não acontece de modo fragmentado e particular. É necessário que a condição humana, física, biológica, psicológica, cultural, social e histórica, a identidade terrena e a compreensão mútua constituam os indicativos para educação do futuro. Além disso, é preciso oportunizar uma educação para a incerteza e que tenha como meta a formação do cidadão ético. (MORIN, p. 47, 1999)

A preocupação com a formação de professores, em função das políticas governamentais é recorrente, pois é o professor quem atua na prática escolar, possibilitando mudanças ou inovações, por meio da educação. As novas concepções de formação valorizam a prática docente, enfocando a análise e reflexão do professor e a formação continuada. Os conteúdos acerca do cotidiano da sala de aula, os problemas reais dos professores, apontam para uma didática da prática fundada na investigação, participação e reflexão da ação.

Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores, é de uma banalidade a toda prova, mas que não se pode descuidar desse aspecto, principalmente, nesse momento, em que os professores têm sido alvos de críticas constantes. (NÓVOA, p.9, 1992)

A formação inicial deve ser repensada em função da evolução das condições de trabalho, das tecnologias ou do estado dos saberes. Falando em Educação do Campo, é fundamental a formação do docente voltado para esta área, de modo que o trabalho educacional possa alcançar o objetivo almejado.

Para que o professor venha mudar sua prática docente, é preciso que ele tenha vontade de mudar; muitas vezes as pressões das situações em aula podem levá-lo a alterar seus procedimentos, a introduzir inovações em sua prática pedagógica. As mudanças incluem a qualificação e melhoria das competências dos professores; reorganização dos currículos e dos materiais didáticos; revisão dos procedimentos de avaliação e planejamento; organização de projetos coletivos de trabalho; sistematização do processo de aprendizagem, modificação do contexto e estrutura escolar.

Na formação continuada, para trabalhar com a Educação do Campo, os maiores problemas e dificuldades, poderão ser na falta de verbas, dificuldade para liberação do professor, horário e condições materiais, falta de articulação entre universidade e escola, e desmotivação do professor. O ensino pode ser realizado como uma atividade artesanal, em que a profissionalização acontece por ensaio e erro, onde o saber é transmitido de geração em geração.

É necessário que o docente adquira uma bagagem cultural explicitamente política e social; o desenvolvimento de capacidades de reflexão crítica capaz de perceber os processos de exclusão, ainda que ocultos sob a ideologia dominante, e o desenvolvimento de atitudes que promovam o comprometimento do professor como intelectual transformador.

É importante que o professor tenha consciência do que faz e de seu significado, que estabeleça confronto de como era a situação e como esta sendo desenvolvida, e de como é possível reconstruir para fazer as coisas diferentes das que sempre fazemos. O trabalho do professor abrange funções pedagógicas, sociais e políticas além da transmissão do conhecimento aos alunos.

O profissional é a mulher ou o homem, o oposto do amador ou do desinteressado, isto é, alguém competente, legítimo e remunerado por seus serviços e seus trabalhos. Para o exercício profissional pressupõe-se uma formação, o saber provido de conhecimento específico. O professor caracteriza-se como profissional do conhecimento; portanto a qualidade de sua ação exige um longo período de formação em conhecimento especializado, conhecimento das ciências e pedagógico. (ALFET, p. 234, 2003)

A Educação do Campo surge como uma possibilidade de educação apropriada às necessidades sociais e históricas a fim de minimizar o êxodo, desenvolver o campo, superar as condições de pobreza, abandono, entre outras mazelas existentes no campo, através de uma

formação conscientizadora dos jovens e suas famílias junto às comunidades. Compreender esse processo é um desafio para os professores, pois a explicitação do processo de profissionalização docente poderá contribuir para o desenvolvimento de movimentos de melhoria da educação.

Os sonhos continuam, as adversidades não são identificadas com o propósito de se permanecer na inércia. Ao se analisar quais os passos a serem dados objetivando uma Educação do Campo, parece-nos que a ação deveria começar por uma pedagogia da escuta, escutar os maiores interessados: educandos, funcionários, professores e comunidade. Considerando, pois, que estes são sujeitos e não objetos do processo.

Neste sentido, estamos pensando numa política de descentralização em que o maior campo decisório seria na própria escola. Uma política capaz de vincular as práticas de educação a um projeto popular de desenvolvimento. Em busca desse que fazer, deve-se ter um cuidado especial com a formação de professores. Contudo, o foco nos professores se justificaria não porque estes são culpados por todos os males na educação, mas pelo potencial que se encontra nesses profissionais, nem só como articuladores, mas instigadores e também provocadores, necessários ao rompimento de velhas práticas.

Há que se pensar uma imagem de identidades para o educador do campo conduzida pela promoção de espaços de formação e valorização profissionais. Por isso, se os professores não podem ser trabalhadores rurais, que sejam pessoas sensíveis às causas locais. Dizemos isso porque é sabido que em alguns municípios é muito comum que as escolas do campo se destinem aos não desejados no meio urbano.

No que concerne ao tipo de formação almejada, deve-se ter em conta primeiro aquela que atualmente habilita e que deveria qualificar, ou seja, a educação superior. Para esta é necessário evidenciar a carência de espaço em seus currículos a prática pedagógica contextualizada. Segundo, a continuada, que na prática tem sido pontual, a custa dos horários de folgas dos professores e coordenados por consultorias que nada ouvem, apenas apresentam seus moldes prontos.

Muitas são as demandas de mudanças, mudanças que muitas vezes dependem de uma reestruturação do sistema educacional como um todo; adaptações não são ideais, contudo, como diria Paulo Freire (2000, p.79), elas podem servir de tática na luta política. Daí considerarmos como avanço o reconhecimento da necessidade de uma política específica para Educação do Campo registrada na Lei de Diretrizes e Bases que vem corroborar com a menção de metas visando o meio rural no Plano Estadual de Educação, com a diferenciação valor aluno urbano/rural estipulada pelo FUNDEF e com a publicação das Diretrizes Operacionais Para Educação Básica nas Escolas do

## Campo.

A política nacional de educação tem como objetivo assegurar a igualdade de condições de oferta educacional no campo e na cidade. No entanto, essa tarefa parecer ser ainda mais desafiadora, uma vez que o próprio Panorama da Educação no Campo reconhece na sua conclusão que não é simplesmente promover a equiparação das condições de oferta, tomando por base o atual padrão das escolas urbanas, isso porque os indicadores educacionais da área urbana, embora melhores do que aqueles verificados no campo, permanecem em patamares muito baixos.

## **5 - VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL REINALDO FLECK**

### **POLÍTICA ADMINISTRATIVA**

A Política Administrativa tem como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e o exercício dos direitos e deveres da cidadania, na perspectiva da formulação de políticas públicas. Temos que defender o direito a educação como um direito concreto, universal, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso, da agricultura familiar, da produção agrícola do campo, com seus sujeitos que têm trajetórias humanas de classe, de etnia, de gênero, de raça, que vão se constituindo como trabalhadores produtores do campo.

É fundamental que se faça um ensino com bases firmes dentro das áreas do conhecimento; nisso, a política da igualdade perpassa ainda no método, nos conteúdos, na gestão da escola e busca, nesta trama de relações sociais entre educando, educadores e comunidade, tendo como elemento educativo, a integração destas diferentes práticas pedagógicas, destacando cada sujeito como singular e com uma função específica neste processo.

Na atual política administrativa percebe-se a necessidade de uma educação voltada exclusivamente à uma concepção “do” campo e “no” campo, com uma aprendizagem voltada para suas raízes, incentivando a permanência do homem no campo, evitando assim o êxodo rural, transporte de longa distância, a exclusão, a super lotação e juntos estudando conteúdos específicos à realidade na qual estão inseridos.

Apesar de algumas resistências, percebe-se a conscientização de muitos, principalmente de vereadores que são oriundos desta realidade. A luta é árdua e desafiadora, mas o povo ainda resiste aos desafios e obstáculos, com intuito de estar superando e conquistando os seus direitos como cidadãos.

A realidade na qual estamos inseridos constitui-se de assentamento, re-assentamento, e acampamento. A nossa história, nossas lutas, batalhas e conquistas em determinadas situações, principalmente voltadas ao ensino e aprendizagem, estão sendo “ignoradas” e “indiferentes”, mas ainda somos um povo consciente que resiste, luta e sonha por dias melhores, principalmente para os filhos, para que eles possam estar recebendo o melhor, não esquecendo de suas raízes e história e que, dentro dos currículos, os conteúdos programáticos e os projetos políticos possam também inserir, de maneira específica, a realidade do campo, sua história, sua conquista e seu valor.

Ainda acreditamos em uma Política Administrativa que valoriza a educação voltada para o

campo, priorizando os valores da terra e os frutos por ela produzidos através do trabalho do homem.

Evidentemente que não queremos exigir do Poder Público uma mudança radical, pois historicamente a situação da educação no meio rural brasileiro sempre foi tratada com descaso pelas oligarquias rurais que sempre se constituíram como força hegemônica na sociedade desde as Capitâneas Hereditárias. A educação no campo e para o campo sempre foi tida por essas forças hegemônicas como desnecessária, pois o ato de ler, escrever, pensar e refletir não tinha nenhuma utilidade e serventia para o manejo com a terra; mas sabemos que os tempos mudaram, e hoje estamos buscando meios para reverter esse tipo de visão manipuladora. Sabemos que com persistência, aos poucos iremos conquistar uma política educacional voltada para a realidade do campo.

## POLÍTICA PEDAGÓGICA

É fundamental que se implemente uma política pública estável voltada para a Educação “do” campo e “no” campo, a qual deve contemplar a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a formação de acordo com a própria realidade do educando, cerceado no seu direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional, valorizando suas origens.

Exige que se implante uma política específica para a formação de professores para nele atuar, uma vez que há carência significativa no magistério superior de uma sólida formação continuada de professores para atuar nessa esfera. Entende-se que a formação docente é uma das maneiras fundamentais para se mergulhar no universo das questões que compõem a realidade desse público, de investigar seus modos de aprender de forma geral, tendo em vista compreender e favorecer lógicas e processos de sua aprendizagem no ambiente escolar.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento de ação educacional e explicita a organização do trabalho pedagógico como um todo. Para ser um projeto transformador da prática pedagógica, deve ser dinâmico, nascendo do movimento ação-reflexão-ação. Seus pilares devem ser os fundamentos ético-políticos, que se traduzem em valores. Ter um Projeto Político Pedagógico significa ter um projeto de educação, possuir uma visão de futuro, perseguir uma utopia. É ter um objetivo, uma intenção a realizar no sentido da formação do ser humano. Quem possui um projeto a realizar vive num patamar superior ao imediato, ao casuístico, aos estreitos limites da sobrevivência. Esta é a razão pela qual o projeto contribui para viabilizar a autonomia, visto que ser autônomo é ter a liberdade de definir os rumos da própria ação, é fazer opções, o que implica, por outro lado, no aumento da responsabilidade, numa consciência maior sobre o que se está fazendo o

porquê, o para quê e o como. Sua elaboração, implementação e acompanhamento pressupõem assumir mudanças de forma compartilhada; o rompimento com a rotina e o trabalho coletivo e solidário.

Necessitamos, com urgência, criar um projeto político pedagógico inovador, transformador da prática pedagógica, na medida em que trata de assuntos relevantes para a formação do ser humano, consciente de sua cidadania e detentor de valores éticos necessários à convivência social, com uma educação voltada para a realidade do campo, resgatando os valores do homem do campo, incentivando sua permanência no campo, com uma proposta voltada para a agricultura, incentivando aos filhos dos camponeses a permanecerem em suas terras.

A Escola do Campo não se define pela sua localização geográfica, e sim pelos sujeitos que a compõem. Ainda que esta escola não esteja próxima ao local de moradia, ela deve ser concebida como uma Escola do Campo e não pode recair no equívoco de privilegiar a cultura da cidade, desvalorizando a identidade desses alunos, sejam crianças, adolescentes, jovens ou adultos.

Para que a escola tenha um significado e possibilite que os alunos se reconheçam nela, estes saberes devem estar presentes nas práticas pedagógicas e na organização do trabalho pedagógico escolar.

## POLÍTICA COMUNITÁRIA

A educação do trabalhador rural é uma luz que se dá ao homem do campo para que ele possa enxergar sua realidade e lutar para melhorá-la. Se quisermos democratizar o acesso à terra e se queremos cidadania, isso passa pela educação.

Uma escola, num determinado contexto histórico, deve articular e mediar a sua relação com a comunidade. Uma escola situada em seu tempo significa estar comprometida e engajada à prática social vivida e os processos organizativos da comunidade.

Os movimentos sociais surgiram da necessidade da melhoria da qualidade de vida principalmente dos trabalhadores rurais, e a grande dificuldade de acesso à educação se surpreendem quanto à necessidade de andar "léguas" a pé ou de ônibus para chegar à escola o que, muitas vezes, acabava sendo algo desestimulador aos estudantes.

Esses fatores acabam levando à desmotivação, e, em conseqüência, à desigualdade social que se reproduz ainda hoje através da educação, principalmente com o descaso do poder público. Como resultado dessa desmotivação e da desigualdade social e indiferença de muitos políticos,

temos índices elevados de analfabetismo, a falta de valorização de profissionais da educação que tenham realmente ligação com o meio rural e com a realidade do campo. E, quando se fala em falta de valorização, refere-se às aberrações em relação à falta de políticas educacionais voltadas para a formação de professores/as que superem as práticas de educação dominante, ultrapassadas, as quais promovem através da educação a manutenção dos pobres e miseráveis, uma forma de torná-los ou mantê-los presos à coleira, obedientes, submissos, humildes e prestativos a todas as formas de dominação.

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo - No, porque “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”; Do, pois “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (Caldart, 2002, p. 26)

Nesse sentido, o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, no qual as pessoas não precisam estudar ou basta uma educação precarizada e aligeirada. Campo, nesta concepção, é entendido como lugar de vida onde as pessoas produzem conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência.

Há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, são o ponto de partida das práticas pedagógicas na Escola do Campo. Sendo assim, esta compreensão de campo vai além de uma definição administrativa, configurando-se como um conceito político, ao considerar as especificidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. (Veiga, 2003, p. 11)

Para as famílias que vivem no campo, seus filhos perdem muito tempo usando transporte coletivo, principalmente após um dia de trabalho árduo no campo. Dias chuvosos causam preocupação aos seus pais, principalmente quando os ônibus atolam, passando fome, frio e chegando tarde e cansados em casa; isso quando não têm que ficar em casa de colegas até outro dia. Os ônibus estão em estado de conservação precário e superlotados, sem nenhuma segurança.

A convivência no campo e a formação específica têm muito a contribuir: os sujeitos aprendem a valorizar mais o trabalho na agricultura; é uma forma de abrir novos horizontes aos nossos filhos; evitaria a ilusão de trabalhar na cidade grande; devido às distâncias, circulam mais de ônibus do que estudam; e a educação urbanizada não tem nada a ver com a realidade do campo.

## CONCLUSÃO

Historicamente, os povos do campo têm sido excluídos da possibilidade de acesso ao conhecimento numa perspectiva de emancipação humana, ou de uma educação que reconheça e contemple as especificidades próprias desse contexto. Os filhos e filhas das famílias agricultoras, quando têm acesso à escola pública do campo, esta desenvolve um currículo inadequado, semelhante ao urbano, com o agravante de educar para deixar o campo e buscar um emprego na cidade.

As propostas curriculares desenvolvidas dificilmente tematizam o trabalho do campo, os sujeitos presentes, suas condições históricas, a forma como se constituíram este espaço, a cultura, os saberes, os valores, próximos da função social da Agricultura Familiar, que é produzir alimentos. Geralmente, os conhecimentos produzidos por esta escola ficam deslocados da realidade vivida no campo, não contribuindo para sua permanência, desenraizando esses sujeitos e acenando na perspectiva do assalariado urbano ou mesmo rural ou da desagregação de sua cultura.

A Educação no Campo está sendo um desafio político, do qual muito se discute e fala, mas pouco se faz, pois o descaso com esta proposta faz com que fique alheia aos governantes locais, e tudo não passa de um discurso utópico. A possível busca da realização desta política, está sendo árdua. Muitos almejam por esta conquista, mas poucos lutam pela sua realização.

Esta nova proposta, fundamentada na realidade dos pequenos agricultores, visa à permanência de seus filhos na própria agricultura, evitando o abandono da terra e a migração para as grandes cidades, na ilusão de uma vida melhor. Se os nossos representantes políticos soubessem olhar para o seu povo, com um olhar voltado para as necessidades locais e reais; juntos poderíamos estar conquistando a realização deste projeto que visa beneficiar a todos.

Ainda precisamos unir-nos para somar as forças com objetivo de lutar pela realização do que almejamos em relação ao processo ensino aprendizagem, voltado exclusivamente para a realidade do campo, com conteúdos específicos, na formação de novos agricultores habilitados especificamente para o trabalho no campo. Esta formação, voltada para a Educação do Campo, é uma proposta fundamentada especificamente para filhos de pequenos agricultores, colonos, assentados e reassentados cuja realidade, necessita de orientações voltadas para a realidade do campo.

A Proposta Educação no Campo vem defender uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular como a inclusão da população do campo na educação brasileira, na construção de

alternativas pedagógicas que viabilizem com qualidade a existência de escola de educação fundamental e de Ensino Médio no próprio campo, com políticas curriculares e de escolha e distribuição do material didático-pedagógico que levem em conta a própria identidade cultural.

Este trabalho demonstra que a comunidade e os educadores aspiram por um processo educacional que parta da realidade local e conquiste a qualidade merecida por todos.

## REFERÊNCIAS

- ALFET, M. **A Profissionalização dos formadores de professores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
- ARROYO, Miguel G. **Da Escola a Escola Possível.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_ et al. **Por Uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Saete; KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo (orgs). **Educação do Campo; identidade e políticas públicas.** 2ª ed. Brasília, DF. 2002.
- CARVALHO, Silvia Pereira de; KLISYS, Adriana; AUGUSTO, Silvana. **Bem-Vindo Mundo!** Instituto Avisalá. São Paulo, Peirópolis, 2006.
- CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA – 1998
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2000.
- Revista Educação do Campo – Direito de Todos os Camponeses e Camponesas. Via Campesina – Brasil. Editora e Gráfica MaxPrint - 2006
- KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas.** Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, n.4. 1999.
- KOLLING, Edgar Jorge. NERY, Irmão Israel José & MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo.** 3ª edição, editora Universidade de Brasília, 1999.
- LDB (9.394/96).
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação, abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** São Paulo; Boitempo, 2005.
- MORIN, E. **Por uma reforma do pensamento.** Rio de Janeiro: Garamond. 1999.
- NÓVOA, A. (org.) **Vida de professores.** Porto: Porto Edit. 1992.
- SANTOMÉ, J. T. **As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo.** IN: SILVA, T.T. da. (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Ed.

Vozes, 1995.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

TOZONI-REIS, Marília Freitas e Campos. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2006.

VEIGA, Ilma. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma, P. A (Org). *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. 16<sup>a</sup>. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.